

APRESENTAÇÃO

Nesta nova edição da Revista SUSP, convidamos os leitores e as leitoras a navegarem pelo instigante caminho interdisciplinar que faz a produção teórica em segurança pública brasileira ser tão rica. As contribuições, por diferentes caminhos, exploram aspectos que conectam abordagem científica e engajamento político por um país mais seguro, com fortalecimento do Estado Democrático de Direito e dos direitos humanos, sem renunciar a estratégias metodológicas robustas.

Em diálogo com o dossiê “Segurança Pública na Amazônia Legal”, que compõe este volume, reflete-se sobre os desafios e as perspectivas do fazer a segurança pública em um país com dimensões continentais, lançando-se luz para as atribuições das polícias ligadas à defesa do meio ambiente, no campo e na cidade, à violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como, dos instrumentos internacionais que têm contribuído para alteração da realidade local no que concerne ao enfrentamento do crime organizado.

Aqui, os campos da Criminologia Crítica, do Direito Processual Penal e do Direito Internacional se encontram a partir do olhar de acadêmicos e de profissionais do sistema único de segurança pública. Assim, abrindo esta edição da Revista do SUSP, o artigo “Ordem Pública, Seletividade Penal e Investigação Policial: Polícia Civil, Rotulação e Seletividade nas Cidades”, de Vinícius Augusto Caldas, analisa o papel da Polícia Civil de Minas Gerais na investigação criminal e controle social formal, com foco no inquérito policial. Nesse sentido, o autor discute como esse instrumento pode contribuir para a rotulação criminal, impactando a justiça e a ordem pública.

Na sequência, Sonia Regina Bastos Ribeiro Vieira da Silveira avalia os critérios de distribuição do efetivo da Polícia Militar do Piauí e propõe melhorias para aproximar o modelo atual de um ideal, no artigo “Parâmetros Estratégicos para a Distribuição do Efetivo Policial Militar no Piauí”. Com base em análise qualitativa e bibliográfica, foram considerados fatores como índices de violência, densidade populacional e jornada de trabalho dos policiais. A pesquisa sugere um modelo de

distribuição que combine faixas populacionais e critérios trabalhistas, considerado mais adequado à realidade do Estado, abordando questões frequentemente negligenciadas na literatura especializada.

Em “Policciamento Ambiental e os Impactos Nna Redução dos Índices Criminais no Parque Nacional da Tijuca”, Everton Silva trata da importância do policiamento na unidade de conservação do Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. Nele o autor aponta para a importância turística e de preservação da biodiversidade do parque, além de dar atenção aos aumentos dos índices de violência lá registrados a partir de 2017, bem como a centralidade do policiamento ambiental implementado pela Secretaria de Estado de Polícia Militar do estado na redução desses índices.

No artigo “Os Efeitos da Convenção de Palermo para a Sociedade e Instituições Brasileiras no Enfrentamento ao Crime Organizado Transnacional”, o autor João Gallegos Fiuza examina os efeitos da Convenção de Palermo no combate ao crime organizado transnacional no Brasil, com ênfase nos aspectos sociais, políticos e jurídicos. Busca-se entender como a adesão ao tratado impacta a legislação brasileira e a cooperação internacional. Utilizando revisão bibliográfica e análise documental, o estudo destaca avanços na legislação, como a definição de organizações criminosas e o aprimoramento da cooperação jurídica e policial.

Prosseguindo, os autores Antonio João de Mello Júnior, Rogério Martins, Luis Antonio Pittol Trevisan e Davi Novelo ressaltam, em “O SUSP e o Primeiro Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Santa Catarina: Uma Experiência à Luz da Nova Política Nacional de Segurança Pública”, que o Estado de Santa Catarina foi pioneiro ao alinhar seu Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído em 2018. A pesquisa relata a lógica de elaboração, execução e monitoramento do plano, que resultou na redução significativa de indicadores criminais, superando metas nacionais e estaduais. Apesar dos desafios na segurança pública, o Estado demonstrou ser um modelo de gestão baseada em dados e tecnologia, alinhado à nova política nacional de segurança pública.

Já no artigo “A Legitimidade do Policial Militar na Decretação de Medidas Protetivas de Urgência”, Jean Pedro Horszczaruk afirma que a evolução dos direitos humanos no Brasil inclui a adoção de ações afirmativas, como a proteção a mulheres em situação de violência

doméstica pela Lei 11.340/06. Nesse âmbito, o autor analisa tal lei e os benefícios advindos de sua ampliação, especialmente em cidades remotas, onde a ação rápida é vital para proteger vítimas e assegurar a dignidade humana das vítimas. Assim, a pesquisa, de caráter exploratório, utiliza revisão bibliográfica para discutir a eficácia dessa ampliação na prática. Para encerrar, Juliana Aparecida Alves da Costa, no artigo intitulado “A Importância da Atuação do Batalhão de Polícia de Fronteira (BP Fron) nas Regiões Fronteiriças”, volta-se para desafios ainda invisibilizados em fronteira específica na região sul.

A presente edição também conta com dois ensaios, um assinado pela advogada Cláudia Patrícia de Luna Silva, no qual a autora aborda o tráfico de pessoas, relacionando-o ao período colonial e ao tráfico negreiro no Brasil, e o outro, do Professor Jacson Zilio, em que o autor propõe limites interpretativos para proteger direitos fundamentais, no curso de processos de enfrentamento ao crime organizado.

Como essa edição faz notar, segurança pública não se faz apenas com polícia, mas essas seguem sendo instrumento indispensável para o enfrentamento dos desafios do Brasil nesta matéria.

Boa leitura!

Equipe Editorial